

O Estado e A Inserção Ativa na Economia: A Estratégia de Desenvolvimento Econômico da China

Giuliano Contento de Oliveira¹

Área: (4) Economia e Estado

Sub-Área: (8) Economia, Mercado e Instituições;

Sessão Ordinária

Resumo

A experiência chinesa nos últimos 25 anos contradiz a tese ortodoxa de que, sob contexto de globalização, resta aos países da periferia renunciar às políticas internas de desenvolvimento. O caso Chinês reafirma a importância do empenho de políticas econômicas para o desenvolvimento dos países. Nesta perspectiva, o artigo discute a estratégia de desenvolvimento econômico da China no período 1978-2005, destacando a importância das reformas realizadas e a política cambial empenhada no período.

Palavras-chave: Estado; China; Desenvolvimento Econômico.

Abstract

The Chinese experience in the last 25 years contradicts the orthodox theory, that sustain that in the context of globalization remains the periphery countries resign the internal policies of development. The Chinese case reaffirm the importance of realize economic policies to the development of the countries. In this perspective, the article discusses the strategy of development of the China in the period 1978-2005, detaching the importance of the reforms and the exchange-rate policy in the period.

Key-words: State; China; Economic Development.

¹ Doutorando em Economia no IE/Unicamp.

O Estado e A Inserção Ativa na Economia: A Estratégia de Desenvolvimento Econômico da China

Giuliano Contento de Oliveira²

1 Introdução

No contexto de globalização dos mercados e das finanças, instituições como FMI e Banco Mundial têm defendido a impossibilidade dos países da periferia empenharem políticas autônomas de desenvolvimento, diante dos potenciais efeitos instabilizadores causados pelo distanciamento das políticas sintonizadas com a lógica do mercado, chamadas de “*market friendly*”. A dinâmica do ciclo de negócios de tais economias estaria subordinada tão somente a fatores exógenos, determinados pelos movimentos da economia mundial, donde as políticas internas de desenvolvimento não apenas se mostrariam neutras ou ineficazes, mas poderiam inclusive colocar em risco a estabilidade macroeconômica. Contudo, com base nesta linha de argumentação, como então explicar o sucesso da estratégia de desenvolvimento asiática?

Embora o crescimento econômico de diversos países da região observado nos últimos 25 anos tenha contado inicialmente com importantes impulsos externos positivos, com destaque à ofensiva comercial americana nos anos 1980 e a conseqüente estratégia japonesa de superar as restrições impostas pela sobrevalorização do iene no contexto do Acordo de Plaza em 1985, que implicou um processo de deslocamento de investimentos produtivos nipônicos para os NICs³ e subsequentemente para os países da ASEAN-4⁴ e China, as políticas econômicas ativas empenhadas por diversos países asiáticos certamente concorreram para potencializar os efeitos macroeconômicos positivos deste processo.

Neste particular, dentre todas as experiências asiáticas de desenvolvimento, chama especial atenção o caso da China, não apenas pelas taxas de crescimento elevadas e ininterruptas e as conseqüentes transformações econômicas e sociais ocorridas nos últimos 25 anos, mas também e notadamente por revelar sob maior grau de nitidez a importância das políticas internas no desenvolvimento das nações.

O artigo discute a experiência chinesa de desenvolvimento, chamando particular atenção ao processo de modernização realizado desde o final dos anos 70, que concorreu para estruturar um ambiente favorável às decisões de inversão, bem como à política cambial e à inserção externa diferenciada do país, vetores que têm transformado a China numa grande potência internacional. Sustenta-se, neste sentido, que o manejo adequado dos instrumentos de política econômica se

² Doutorando em Economia no IE/Unicamp. Professor da PUC/SP e da UPM.

³ Newly Industrialized Countries. Estes países correspondem aos chamados 4 tigres asiáticos, a saber: Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan (Formosa).

apresenta enquanto elemento decisivo no processo de superação da condição de subdesenvolvimento, havendo assim espaço para o empenho de políticas nacionais de desenvolvimento mesmo sob contexto de “tirania dos mercados”.

O artigo está dividido em cinco itens, incluindo esta introdução. A seguir, são discutidas, em seus aspectos mais marcantes, as reformas econômicas realizadas na China a partir do final dos anos 70, relacionando-as com o sucesso econômico dos últimos anos e com a inserção externa diferenciada da economia chinesa. No terceiro item, discorre-se sobre a política de subvalorização e administração da taxa de câmbio, que tem permitido ao país a obtenção de elevados superávits em conta-corrente do balanço de pagamentos e, ao cabo, a sustentação de uma blindagem externa que respalda e reforça a inserção soberana da China na economia mundial. Posteriormente, a partir de indicadores econômicos selecionados, analisa-se a trajetória da economia chinesa desde os anos 1980. Finalmente, são registradas as conclusões.

2 Reformas, “socialismo de mercado” e inserção externa diferenciada

O conjunto de reformas empenhado na China a partir de 1978 buscava superar a organização econômica de planejamento centralizado, incorporando gradualmente os mecanismos de mercado e empenhando uma política de abertura, sem a abdicação da propriedade e dos mecanismos de planejamento do Estado. Tais reformas implicaram transformações históricas de significativa magnitude, que têm atuado no sentido de deslocar a economia chinesa de uma economia planificada para uma economia de mercado com características peculiares; de uma economia agrícola tradicional para uma economia industrializada; e tem permitido ao país a condição de um ator importante no cenário mundial, conforme será discutido (OLIVEIRA, 2005; HE, 2003).

Como bem observa Oliveira (2005), no entanto, embora as reformas implementadas por Deng Xiaoping a partir do final dos anos 1970 sejam consideradas um marco na explicação do sucesso econômico da China nos últimos 25 anos, os impactos da Revolução de 1949, quando Mao Zedong fundou a República Popular da China (RPC), foram fundamentais para o desempenho econômico do país a partir dos anos 1980, vez que permitiram a estruturação de uma sociedade mais igualitária, o provimento de infra-estrutura urbana e rural e a criação de uma burocracia formada a partir de critérios meritocráticos, condições que viabilizaram e potencializaram os efeitos das reformas a partir do último quartel do século XX.

Portanto, mais do que revolucionárias, as mudanças ocorridas na China a partir de Deng Xiaoping devem ser interpretadas sob uma perspectiva evolucionária, depois das tentativas frustradas de reorientação econômica e social do país. Comparando o gradualismo chinês com o caráter apressado das reformas orientadas para o mercado observado em diversos países do Leste

⁴ Correspondem aos seguintes países: Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas.

Europeu e na ex-República Soviética, cujos erros e acertos serviram de referência para a modernização da China, Hussain (1994, p.12) afirma que:

Em contraste, os Chineses são persistentes com sua “longa marcha” em direção à economia de mercado, com sua abordagem gradual de reformas, embora às vezes radical, embora ainda possuam características da antiga economia de planejamento centralizado, tais como planejamento da produção, embora seletivo, e a propriedade estatal de empresas médias e grandes. [tradução do autor]

O programa de modernização da economia chinesa contemplou os seguintes setores: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas (SYDOW, 2004). Conforme registrado por Medeiros (1999a, p.104-05), a estratégia de desenvolvimento chinesa baseava-se na aplicação das experiências internacionais bem-sucedidas à realidade do país, a partir de um planejamento que buscava: a) reformar a utilização da terra; b) aumentar as exportações e proteger o mercado interno; c) formar grandes grupos estatais competitivos internacionalmente; d) reformar as empresas estatais, adequando-as ao novo ambiente econômico; e) promover as empresas coletivas de vilas e municípios; e f) configurar uma economia do tipo mista, com preços regulados, controlados e de mercado, estratégia da qual decorre a expressão “economia socialista de mercado” ou simplesmente “socialismo de mercado”.

No âmbito agrícola, o processo de modernização correspondeu ao período compreendido entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980. Introduziu-se o sistema de responsabilidade ou de contrato familiar na área rural, já adotado em 1978 secretamente por várias aldeias na província de Anhui, em substituição à organização coletiva da produção estruturada no período do Grande Salto à Frente (1958-61). O sistema se difundiu rapidamente e em 1983 já atingia 93% das áreas rurais. O Estado cedia a terra e o produtor rural o pagava com quotas da produção, decrescentes ao longo do tempo, a partir de contrato de arrendamento de longo prazo estabelecido com a comuna (HE, 2003; SYDOW, 2004)⁵.

A autonomia do camponês quanto ao escoamento da produção que excedia a parcela devida ao Estado e à sua subsistência, implicou um forte ganho de produtividade no meio rural, aumentando a produção de alimentos e gerando emprego e renda (HE, 2003; SYDOW, 2004). De acordo com HE (2003, p.46), dado o sucesso alcançado, “[...] *as empresas de comunas e aldeias proliferaram e se tornaram uma força decisiva para o crescimento da China.*”. No mais, por um lado estas empresas concorreram para acomodar a demanda suplementar por bens de consumo criada pelos vultosos investimentos estatais no setor de bens de produção, bem como para viabilizar o processo de substituição de importações a partir da segunda metade dos anos 1980, e por outro, para estimular a demanda por manufaturas e, ao cabo, o desenvolvimento industrial, a partir da geração de renda no meio rural (MEDEIROS, 1999a; WOLFF y SOTO, 2005).

⁵ Atualmente, apenas alguns produtos permanecem submetidos a quotas governamentais, considerados estratégicos pelo Estado (SYDOW, 2004).

Já na esfera industrial, buscou-se a partir de uma política seletiva de importações incorporar tecnologia e bens de capital para dar curso ao processo modernização e ganho de competitividade do setor. Esta estratégia apenas poderia ser viabilizada a partir de iniciativas concomitantes voltadas à ampliação da capacidade de geração de divisas, de sorte a permitir a superação da pressão gerada pelo aumento das importações especialmente de bens de produção.

É nesta perspectiva que deve ser entendida a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) a partir de 1982, localizadas nas regiões costeiras próximas aos mercados asiáticos mais dinâmicos, como Japão, Hong Kong e Taiwan, abertas ao capital estrangeiro e voltadas à produção de bens para o mercado externo, onde as empresas contavam com benefícios fiscais e liberdade cambial, facilidades logísticas e portuárias, além de autonomia administrativa e financiamentos concedidos pelo Estado. O projeto de modernização era híbrido: mantinha-se a propriedade pública das empresas e, ao mesmo tempo, estimulava-se a difusão das empresas não estatais, como as Empresas de Vilas e Municípios (EVM) e *joint ventures* (SYDOW, 2004; CESARIN, 2005).

A iniciativa de implementar as ZEEs nas regiões costeiras atuou no sentido de potencializar os impulsos favoráveis provenientes da ofensiva comercial americana levada a cabo nos anos 1980 contra o Japão, da qual resultou o “endaka” (1985-95). A valorização do iene provocou um forte deslocamento do capital produtivo japonês para os NICs e posteriormente para os países da ASIAN-4 e para a China. A extensão da ofensiva dos EUA aos tigres asiáticos, que implicou um movimento de forte valorização de suas moedas ante o dólar no final dos anos 1980, provocou por seu turno o deslocamento de investimento produtivos não apenas do Japão, mas agora também dos 4 “tigres”, especialmente de Hong Kong para a China e ASIAN-4 (MEDEIROS, 1997).

À luz da hipótese dos “gansos voadores” tal qual reformulada e proposta por Medeiros (1998, p.327-28), pode-se considerar que a China, na condição de “ganso retardatário”, passa a atuar e tirar proveito das brechas deixadas pelos “gansos líderes” a partir de meados da década de 1980, particularmente Japão e Hong Kong. Nestes termos, tais países passam a delegar à China as etapas de produção com maiores vantagens competitivas, condição que conjugada aos benefícios das ZEEs, permitiu a utilização do país enquanto região de processamento e escoamento de parcela importante da produção voltada ao mercado externo de diversos países do sudeste asiático. Já em 1992, 45% das exportações de Hong Kong eram originadas da China. A abertura deu curso a um processo de internalização de *know-how*, condição que conjugada a uma política industrial ativa que buscou potencializar os encadeamentos inter-industriais para frente e para trás a partir das empresas ingressantes, permitiu à China alçar degraus cada vez maiores em termos de processamento de bens com maior densidade tecnológica, com maior geração de valor adicionado. Isto porque, conforme assinalado por Medeiros (1997, p.328):

[...] uma vez adquirida maior maturidade industrial – menores efeitos expansivos internos, maiores pressões sobre o balanço de pagamentos – o deslocamento tecnológico do ganso líder estimula a introdução de novos setores/técnicas – tanto mais rápida quanto maior for a ofensiva de *catching-up* – abrindo espaço para o ganso subsequente internalizar as atividades de menor densidade tecnológica e repetir a mesma dinâmica.

As ZEEs ilustram como o manejo dos instrumentos de política econômica à luz de um objetivo de transformação da realidade, ao invés de adaptação, pode contribuir para potencializar eventuais impulsos externos positivos, ou mesmo para criar condições endógenas de dinamização do ciclo de negócios. A resposta da China ao novo ambiente externo ensejado pela ofensiva comercial americana contra o Japão e, posteriormente, contra os NICs, mostra que as estratégias nacionais de desenvolvimento se apresentam essenciais no processo de criação de forças endógenas que concorrem para a superação da condição de subdesenvolvimento. No essencial, as ZEEs constituíram um importantíssimo diferencial para a China diante da nova configuração regional de comércio que passou a prevalecer na Ásia a partir de meados dos anos 1980.

Estas transformações provocaram um processo concomitante de dinamização do mercado interno, à medida que parcela crescente da renda gerada pelas atividades exportadoras passava a gravitar em âmbito doméstico, o que introduzia um vetor adicional de estímulo às decisões de inversão dos empresários locais e estrangeiros. É por conta disso que Medeiros (1999a, p.107) qualifica a política econômica chinesa de, ao mesmo tempo, indutora do “[...] *desenvolvimento do mercado interno e da promoção de exportações*.”. O ingresso de investimentos estrangeiros possibilitado pela abertura, coadunado ao processo de modernização das empresas estatais, permitiu a consolidação da estratégia do governo chinês de criação de uma economia voltada à tecnologia, que nas palavras de CESARIN (2005, p.8):

[...] consolida um enfoque de política industrial que privilegia a evolução desde indústrias “mão de obra intensivas” até “capital intensivas” com capacidade de responder de forma rápida aos estímulos externos decorrentes da globalização dos mercados, da abertura, da desregulação da economia Chinesa e das oportunidades criadas pelos novos “mercados regionais. [tradução do autor]

Esta estratégia mostrou-se potencializada pela criação das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), que conjugadas às ZEEs, deu curso a um processo de indução tecnológica a partir de parcerias com diversos países da região. Buscava-se, com isto, atrair investimentos externos em tecnologia para o desenvolvimento dos setores de infra-estrutura econômica, notadamente energia e transportes. A modernização do setor de ciência e tecnologia contou e continua a contar, ainda, com uma política do governo chinês de estímulo à qualificação e especialização de estudantes no exterior (SYDOW, 2004; ACIOLY, 2005).

O volume e a composição dos Investimentos Estrangeiros Diretos recebidos notadamente a partir do início dos anos 1990, momento a partir do qual se estrutura um marco regulatório mais estruturado, por um lado, e se faz sentir de forma mais intensa a reconfiguração do comércio

asiático ensejado pela ofensiva americana contra o Japão e os “tigres”, por outro, revelam o êxito da estratégia de constituição das ZEEs e das ZDET.

A entrada de IED passa de US\$ 3,49 bilhões em 1990, para US\$ 60,63 bilhões em 2004, pouco abaixo do fluxo recebido por toda a América Latina e Caribe no período, US\$ 67,53 bilhões. Considerando os dados de estoque, no interregno 1980-2004 o país recebeu US\$ 245,47 bilhões de IED. Apenas no intento de estabelecer uma base de comparação, em 2004 ingressou no Brasil sob a forma de IED US\$ 18,17 bilhões, enquanto o acumulado no interregno 1980-2004 totalizou US\$ 150,96 bilhões (UNCTAD, 2005).

Contudo, diferentemente do Brasil, na China apenas parcela marginal da entrada de IED se deu sob a forma de operações de fusões e aquisições transfronteiras e de privatizações. No mais, mostrou-se praticamente nulo o ingresso de IED no sistema financeiro, tendo em vista as restrições impostas pelo governo em relação ao setor (ACIOLY, 2005).

É importante assinalar que a intensificação do ingresso de IED a partir do início dos anos 1990 se mostrou enquanto expediente fundamental no processo de mudança do padrão de financiamento externo da economia chinesa. Isto porque nos anos 1980, depois das exportações, a captação de empréstimos dos bancos e dos credores oficiais correspondia à segunda forma de obtenção de divisas. Nos anos 1990 este quadro é modificado, com os IEDs ocupando o lugar que os empréstimos e financiamentos ocuparam na década anterior (MEDEIROS, 1999b).

A partir de um marco regulatório que dispunha de mecanismos que exigiam contrapartidas das empresas estrangeiras participantes das ZEEs, a mudança do padrão de financiamento externo, além de viabilizar a obtenção de divisas sob bases mais sustentáveis, permitiu a consolidação do tripé: a) aumento da participação da China no comércio internacional; b) estímulo ao acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada; e c) introdução de modernas técnicas administrativas e de gestão nas empresas chinesas (ACIOLY, 2005).

Já com a modernização das Forças Armadas, intentava-se alçar a capacidade do país exercer o seu papel de potência econômica e militar regional, com a capacidade bélica funcionando enquanto expediente de barganha política e comercial junto aos demais países do globo. No mais, embora não menos importante, a modernização do Exército de Libertação Popular constituía quesito singular na estratégia de desenvolvimento traçada por Deng Xiaoping, diante das disputas regionais ainda não resolvidas, embora concebida por alguns autores enquanto simples introdução de técnicas eficientes de gestão e delegação das empresas estatais à iniciativa privada⁶. De acordo com SYDOW (2004, p.40):

⁶ Sobre esta interpretação, aqui considerada simplista e portanto insuficiente para explicar o propósito da modernização das forças armadas na China, ver WOLFF y SOTO (2005, p.64-66).

Ao modernizar as forças armadas, a China se capacitava para poder exercer seu papel de potência econômica regional na Ásia, região onde ainda há alguns conflitos não resolvidos, principalmente no Mar do Sul da China. São principalmente disputas territoriais ainda não resolvidas como as ilhas Paracels e Spratly, reclamadas pela China, Vietnã e Filipinas; as ilhas Senkaku ao nordeste de Taiwan, reclamadas pela China, pelo Japão e Taiwan, que a China considera como seu território. **Por trás destas disputas estão as reservas de petróleo, óleo e gás natural, além de sua posição estratégica para as rotas de navegação principalmente do Japão.** [grifo nosso]

Mas o sucesso econômico chinês observado especialmente desde o início da década de 1990 não pode ser atribuído apenas aos impactos positivos gerados pelas reformas implementadas a partir de Deng Xiaoping. Isto porque a construção de um ambiente macroeconômico favorável às decisões de investimento, obtida a partir do manejo eficiente dos instrumentos de política econômica, desempenhou papel decisivo no crescimento dos níveis de renda e emprego do país no período considerado (FLASSBECK, 2005).

Neste particular, um traço marcante da política macroeconômica chinesa tem sido indiscutivelmente a administração cuidadosa da taxa de câmbio e a sua manutenção, notadamente a partir de 1994, num patamar subserviente ao crescimento econômico e a uma inserção externa soberana, o que permitiu à China maximizar o poder de transformação das reformas implementadas. Ao invés de uma inserção externa ancorada na captação de capitais de curto prazo, pela conta de capital do balanço de pagamentos (*capital-account*), o governo chinês optou por uma inserção balizada na exportação em larga escala de produtos manufaturados com graus crescentes de densidade tecnológica a preços altamente competitivos, pela conta de transações correntes (*trade-account*). Esta forma de inserção tornou o país praticamente imune às instabilidades da economia mundial, além e ao cabo de ter permitido relevantes graus de liberdade no manejo da política econômica.

3 Yuan fraco, economia forte

A política cambial chinesa tem sido apontada por vários autores enquanto elemento fundamental para a explicação do sucesso econômico do país nos últimos anos⁷. Após instituir as ZEEs, as autoridades econômicas locais desvalorizaram em 36,24% o Yuan Renminbi (RMB) ante o dólar durante 1984 e estabeleceram um mercado dual de câmbio, a saber: o oficial, assentado no regime de flutuação, e o mercado de *swaps* com acesso exclusivo às *tradings* e às empresas participantes das ZEEs, onde o preço da moeda estrangeira se apresentava mais favorável aos exportadores. Ficaram assim estabelecidas as condições macroeconômicas básicas para a atração de investimentos produtivos para a região, a partir dos quais se construiu uma vigorosa estrutura de geração de divisas para o país (MEDEIROS, 1999a).

⁷ Ver Cunha e Biancareli (2005); Flassbeck (2005); Medeiros (1997; 1999a; 1999b; 2004; 2005) e Vieira (2006).

Flassbeck (2005, p.11-13) desqualifica a política cambial executada na China durante os anos 1980, considerando que, de um lado, não se mostrou suficiente para estabelecer um patamar competitivo internacionalmente para o RMB, haja vista o movimento de valorização da taxa de câmbio oficial real efetiva observado no interregno 1987-94, e, de outro, contribuiu para as condições de volatilidade monetária e de risco de desestabilização da moeda, diante das desvalorizações cambiais expressivas e periódicas realizadas no período (Figuras 1.I e 1.II).

Figura I: Inflação (1980-2005)

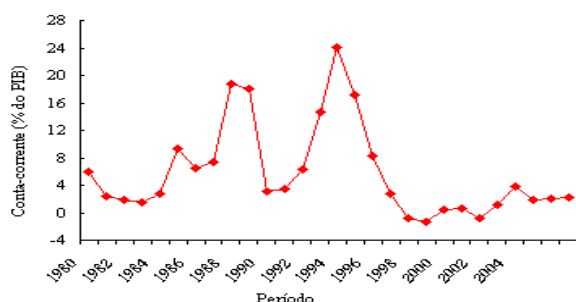


Figura II: Taxa de câmbio, RMB/US\$ (jan.81 a jun.06)

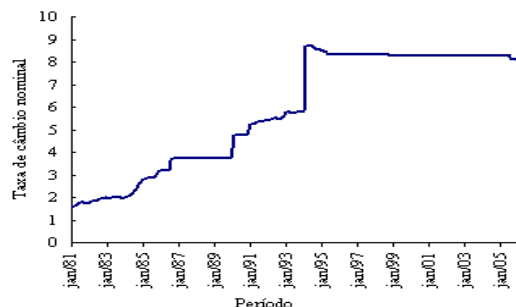


Figura III: Transações correntes em % do PIB (1980-2005)

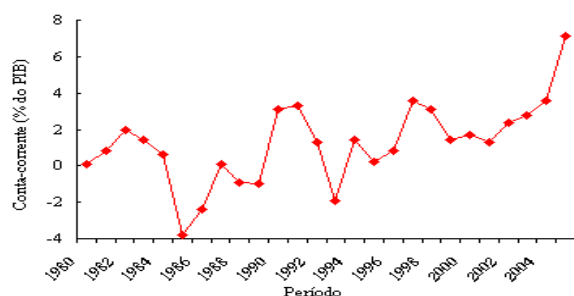


Figura IV: Índice taxa de câmbio real, 1981-2005 (1981=100)

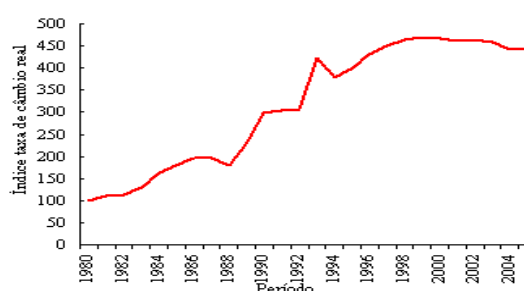


Figura 1: Câmbio, inflação e contas externas na China (1980-2005/06)

Fonte: Database IMF (www.imf.org); câmbio real calculado pelo autor.

É verdade que em alguns anos da década de 1980 a China registrou déficit em transações correntes do balanço de pagamentos (Figura 1.III), o que poderia indicar a prática de uma política cambial equivocada. Contudo, o manejo da taxa de câmbio pelo governo chinês neste período refletia uma tentativa de driblar as restrições de balanço de pagamentos inexoravelmente envolvidas num processo de industrialização por substituição de importações. Por ainda não contar com uma capacidade exportadora tal qual observada no período mais recente, a manutenção da taxa de câmbio num patamar subvalorizado sob um mercado cambial unificado certamente atuaria no sentido de sobre-penalizar as contas externas do país e, assim, obstaculizar o processo de complexificação industrial então em curso.

Mostra-se complicado, então, estabelecer uma comparação entre a política cambial executada nos anos 1980 e a praticada a partir de 1994, como faz Flassbeck (2005), haja vista as distintas circunstâncias políticas e econômicas de cada período. Se por um lado a política cambial praticada na China nos anos 1980 não permitiu a construção de um ambiente macroeconômico

estável, tendo em vista os impactos das desvalorizações sobre as condições monetárias e as expectativas dos agentes (Figuras 1. I e 1.II), por outro revelou a capacidade do governo em adaptar os instrumentos de política econômica às necessidades exigidas pelas circunstâncias do momento. A opção por um mercado dual de câmbio, com a taxa de *swap* mais depreciada do que a praticada no mercado oficial, juntamente com uma hierarquia de prioridades da pauta de importações estabelecida a partir de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, buscava ampliar a capacidade de obtenção de divisas, de um lado, e racionalizar a sua utilização, de outro.

No mais, a taxa de câmbio real durante os anos 1980, considerando a taxa média anual de câmbio do RMB ante o dólar e descontando o diferencial de inflação interna e americana (externa), apresentou uma clara trajetória de depreciação (Figura 1.IV). No interregno 1981-1990, a desvalorização real foi da ordem de 198,04%. Na comparação com a taxa média do ano anterior, apenas em 1988 registrou-se apreciação real do RMB frente ao dólar. Decorre que conquanto as desvalorizações nominais e reais periódicas da taxa de câmbio tenham prejudicado o controle da inflação nos anos 1980 (Figura 1.II), elas concorreram para permitir a construção das bases de um ajustamento de caráter estrutural do Balanço de Pagamento chinês, cujos efeitos se fariam sentir de forma intensa a partir da segunda metade da década de 1990 (Figura 1.I).

A partir de 1994 o governo chinês inicia uma nova fase no manejo da política cambial. O People's Bank of China realizou uma maxidesvalorização do RMB de 49,83% entre dez.93/jan.94, que passou de RMB 5,82, para RMB 8,72 por dólar; unificou o mercado de câmbio, em substituição ao mercado dual; e adotou um regime de bandas cambiais, com o RMB podendo flutuar num intervalo estabelecido pelas autoridades econômicas. Tais medidas surtiram efeito instantâneo sobre as contas externas do país: a conta-corrente do balanço de pagamentos saiu de um déficit de 1,9% em 1993 e atingiu um superávit de 1,4% em 1994, período a partir do qual se inicia a obtenção de uma série de saldos positivos em transações correntes.

Embora a depreciação nominal tenha sido mais do que compensada pelo diferencial de inflação interna e americana em 1994, tendo em vista o repique inflacionário causado pela medida, a partir de 1995 a manutenção de uma baixa taxa de câmbio com a queda dos preços domésticos⁸ deu início a uma série de reduções reais da moeda chinesa ante o dólar. Contudo, considerando a taxa de câmbio real efetiva, medida mais eficiente do grau de competitividade internacional da moeda, a partir de 1994 inverte-se a trajetória de alta do RMB e inicia-se um claro movimento de desvalorização do yuan, conforme mostrado por Flassbeck (2005, p.13).

Entre 1994-96, sob bandas relativamente largas, o RMB sofreu uma valorização de 4,5%, passando de RMB 8,72, para RMB 8,33 por dólar. Embora o governo chinês tenha optado por não

⁸ Neste aspecto, vale chamar atenção à política de controle de preços e salários bem-sucedida implementada pelo governo chinês, que ofereceu maiores graus de liberdade na condução das políticas monetária e cambial.

desvalorizar o yuan em meio à crise asiática em 1997, condição que contribuiu fortemente para que os países da região se recuperassem - ao evitar uma corrida cambial e afirmar o RMB enquanto moeda-chave no comércio regional - e atuou na direção de deslocar as empresas americanas que operavam na ASEAN⁹ para o país, doravante decidiu-se estreitar de forma anunciada a banda de flutuação do RMB frente ao dólar para 0,4% em torno de RMB 8,28 por US\$ 1. Em novembro de 2000 limitou-se ainda mais a banda de flutuação, para 0,01% em torno de RMB 8,277 por dólar, o que significou a assunção de um regime de câmbio fixo “na prática”, mantendo-se esta estratégia até meados de 2005 (FLASSBECK, 2005; MEDEIROS, 2005).

Com uma taxa de câmbio baixa e estável, que concorreu para estimular as exportações e suprimir os riscos envolvidos nas decisões de investimento, respectivamente, e a prática de uma taxa de juros baixa sem o comprometimento do controle inflacionário, condição permitida pela execução de políticas auxiliares de controle inflacionário - como o controle de preços e salários -, a China conseguiu construir um ambiente macroeconômico altamente propício às decisões de inversão, componente dinamizador do excepcional desempenho de sua economia.

Como mostrado na Figura 2.I, mesmo depois de ter sido negativa em 1994-95 por conta da inflação superior a dois dígitos, a taxa de juros real permaneceu num patamar altamente favorável ao investimento. Este, por seu turno, partindo de uma base 100 em 1994, atingiu patamar superior a 250 em 2003, movimento cujos reflexos se fizeram sentir de forma pronunciada sobre o nível de consumo interno, que passou de um índice de 100, para cerca de 225 no interregno considerado (Figuras 2.II e 2.III)¹⁰. O resultado deste processo foi um crescimento médio de 9,4% no período 1994-2003 (Figura 2.IV). Cumpre salientar, ainda, que o comportamento destas variáveis econômicas agregadas na China guarda grande similitude com o observado nos demais países da região que alçaram a condição de nações desenvolvidas em seus respectivos períodos de ascensão (*catching-up*), como Japão e Coréia. Nos termos de Flassbeck (2005, p.17):

[...] a depreciação nominal da taxa de câmbio em combinação com a reação não-inflacionária de outros custos variáveis [...] constituiu uma inovação para os exportadores chineses e para as firmas estrangeiras que estavam produzindo ou planejavam produzir na China.

Na China, a observância de condições macroeconômicas estáveis e pró-crescimento, combinada com um mercado doméstico em expansão num ambiente não inflacionário, ofereceu aos investidores domésticos e internacionais um contexto de expectativas de lucro estável necessário para o investimento em capital fixo em larga escala. [tradução do autor]

Finalmente, a partir de julho de 2005 o Bank's People of China restituiu o sistema de bandas cambiais já adotado no passado. O RMB passou, assim, a poder flutuar ante o dólar numa banda

⁹ Isto porque como as moedas destes países eram atreladas ao dólar americano, elas acompanharam a valorização do dólar frente ao yen japonês, que foi desvalorizado cerca de 30% entre 1996-98. Para uma análise mais detida deste processo, ver Medeiros (2005).

¹⁰ Cumpre salientar que os níveis de investimento e consumo também cresceram significativamente no decorrer dos anos 1980, o que resultou na forte expansão da economia chinesa no período, a despeito de seu caráter menos estável quando da comparação com o intervalo subsequente.

estreita. Tratou-se de uma resposta à ofensiva dos EUA contra a “diplomacia do yuan fraco”, haja vista o déficit crescente em conta-corrente do balanço de pagamentos americano, provocado em grande parte pelas importações de produtos chineses¹¹, que passou de 1,5% do PIB no início dos anos 1990 para 6,5 do PIB em 2005.

Figura I: Inflação e taxa de juros (1994-2003)



Figura II: Investimento, 1980-2005 (1º período = 100)

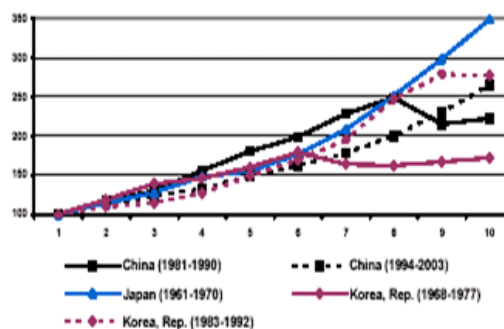


Figura III: Consumo, 1980-2005 (1º período = 100)

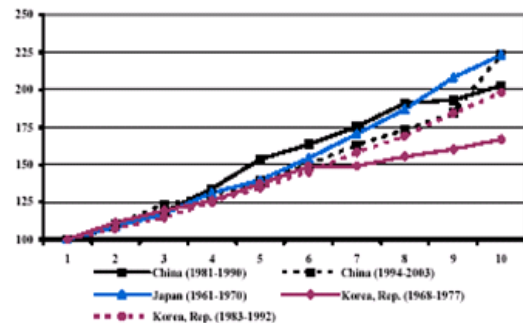


Figura IV: Crescimento econômico (1980-2005)

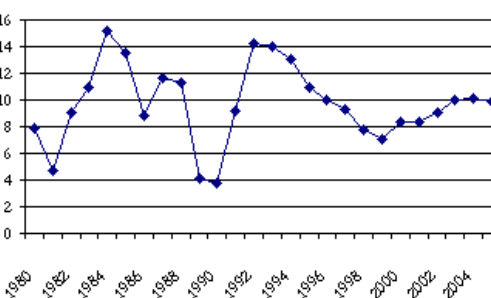


Figura 2: China – indicadores macroeconômicos selecionados

Fonte: World Bank (2003); IMF (2006).

A partir de julho de 2005 inicia-se um processo de apreciação da moeda chinesa diante da moeda americana, que sai de uma relação de RMB 8,27 / US\$ 1, para RM 8,01 / US\$ 1 em junho de 2006, uma valorização de 3,29%. Este movimento, contudo, ao invés de sinalizar uma ruptura da conduta estratégica da política cambial levada a cabo pelas autoridades econômicas chinesas especialmente desde 1994, colocando em risco o elevado superávit em transações corrente do balanço de pagamentos o país, serviu para a China estrategicamente acomodar os conflitos internacionais ocasionados por sua “diplomacia do yuan fraco”, tal qual defendida por Cunha e Biancarelli (2005), e assim aprofundar a sua inserção externa diferenciada, em linha com o objetivo do governo chinês de tornar o país um importante ator no cenário internacional¹². É por conta disso

¹¹ É importante ressaltar, no entanto, que boa parte das exportações chinesas para os EUA provém de empresas americanas que operam na China, atraídas pelos baixos custos de produção. O *outsourcing* introduz, portanto, um componente estrutural no déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos americano, contra o qual a valorização do yuan frente ao dólar se apresenta neutra.

¹² De acordo com as estimativas do FMI, o crescimento esperado da China para 2006 e 2007 é de 9,5% e 9%, com o superávit em conta-corrente do balanço de pagamentos caindo apenas ligeiramente ante 2005, permanecendo na faixa entre 6,5% e 7,0% do PIB.

que Cunha e Biancareli (2005, p.14) afirmam acertadamente que “a flexibilização do yuan aparece como um movimento tático da China em seu esforço estratégico de manter uma bem-sucedida modernização e crescimento econômico.”

4 China: de “ganso voador” a “*global player*”

O projeto de modernização econômica implementado desde o final dos anos 1970 na China implicou uma importante mudança na composição do PIB do país, que passou a apresentar uma participação crescente da indústria e dos serviços em detrimento da agricultura, que entre 1970-2000 passou de 40% para 16%, conforme se pode observar a partir da Tabela 1. A participação do emprego industrial, que no início do período considerado era de 10% do emprego total, atingiu a marca de 23% em 2000, movimento provocado pelo ritmo de crescimento da produção superior dos setores secundário e terciário ante o setor primário (Figura 3.I).

Tabela 1: Mudança da estrutura da economia chinesa (1970-2000)

Economia Chinesa	1970	1980	1985	1990	1995	2000
Participação no PIB						
Agricultura	40	30	28	27	20	16
Indústria	46	49	43	42	49	51
Serviços	13	21	29	31	31	33
Participação no emprego						
Agricultura	81	69	62	60	52	49
Indústria	10	18	21	21	23	23
Serviços	9	13	17	19	25	28
População rural em relação à população total	83	81	76	72	71	64

Fonte: National Bureau of Statistics of China *apud* World Bank (2003, p.104).

Embora a renda per capita na China medida em dólares correntes, de US\$ 1.702 em 2005, seja muito inferior aos países de renda média como o Brasil, de US\$ 4.315, quando medida sob a metodologia da paridade poder de compra o patamar da renda per capita alcança US\$ 7.204, patamar bastante próximo ao apresentado pelo Brasil, por exemplo, de US\$ 8.584. Portanto, considerando a renda em termos de poder de compra, as transformações econômicas ocorridas na China nas últimas três décadas atuou no sentido de alçar o país à condição de uma nação de renda média, além de sinalizar para uma situação cada vez mais promissora.

As reformas econômicas modernizantes conjugadas com uma política econômica que tem concorrido para configurar um ambiente macroeconômico estável, oferecendo níveis crescentes de retorno às empresas estatais (SOEs) e privadas (Non-SOEs), conforme indicado pela Figura 3.II, têm permitido à China migrar da condição de “ganso voador” para a de “*global player*”. Como se pode verificar a partir da Figura 3.III, notadamente desde a segunda metade da década de 1980, a

China tem apresentado um crescimento exponencial no comércio exterior, aumentando tanto as exportações, quanto as importações. Em 2005, a corrente de comércio alcançou US\$ 1,43 trilhão, o equivalente a 64% do PIB, marca somente inferior a dos EUA e da Alemanha.

Na Tabela 2, observa-se que as exportações de produtos manufaturados passaram de uma participação de 0,9% das exportações mundiais no interregno 1981-85, para 6,2% no período 2001-03, ultrapassando a colocação do Reino Unido, de 5,1%, e aproximando-se da participação do Japão, de 8,1%. Os produtos industrializados representam atualmente mais de 90% das exportações chinesas, ante 52,4% no Brasil, com o setor de tecnologia da informação respondendo por cerca de 30% das vendas externas do país, o que sinaliza uma inserção diferenciada da China no fluxo de comércio internacional (COMÉRCIO..., 2006). Em 2002 o grau de abertura externa da economia chinesa alcançava cerca de 50%, contra aproximadamente 20% no Brasil e 30% na Índia, conforme se pode visualizar na Figura 3.IV.

Figura I: Crescimento do PIB por setores (1981-2002)

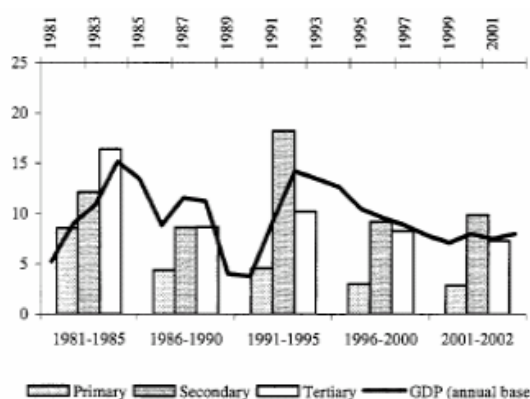


Figura II: Taxa de retorno das empresas (1998-2005)

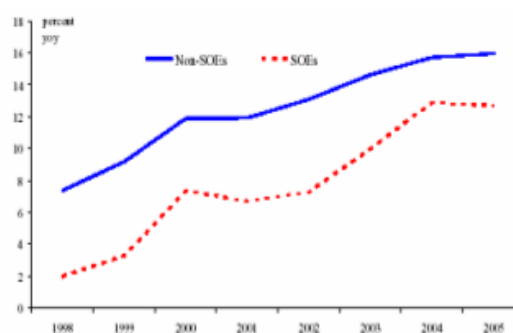


Figura III: Exportações e importações, US\$ bi (1990-2002)



Figura IV: Grau de abertura econômica (1978-2002)

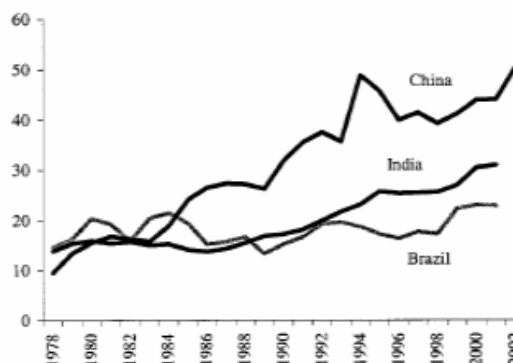


Figura 3: China – indicadores selecionados

Fonte: World Bank (2003).

Tabela 2: Exportações de manufaturas em proporção das exportações mundiais de produtos manufaturados – países selecionados (1962-2003)

Período	Estados Unidos		Reino Unido		Alemanha		Japão		Coreia		Taiwan		China	
	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil	Manufatura total	Têxtil
1962-1965	19,2	5,5	12,2	6,0	18,2	7,9	7,1	11,7	0,1	0,3	0,2	0,5	-	-
1966-1970	17,2	5,1	9,6	5,1	18,3	7,7	9,1	9,6	0,2	2,5	0,4	2,1	-	-
1971-1975	14,4	3,1	7,8	4,3	19,3	8,0	11,1	4,1	0,7	6,5	0,8	5,6	-	-
1976-1980	13,8	3,4	7,6	5,2	17,8	8,7	12,2	1,9	1,5	10,1	-	-	-	-
1981-1985	14,5	2,9	6,3	4,1	14,8	7,3	14,9	1,8	2,3	11,2	-	-	0,9	5,5
1986-1990	11,9	2,3	6,1	3,0	15,5	6,9	13,5	0,9	2,7	9,9	2,8	4,4	1,5	7,8
1991-1995	13,1	3,5	5,4	2,7	13,2	5,4	12,2	0,5	2,9	4,7	2,9	2,9	2,9	13,7
1996-2000	13,3	4,6	5,3	2,5	10,8	4,2	9,4	0,3	3,0	2,6	2,8	1,8	3,9	16,5
2001-2003	12,0	3,0	5,1	1,9	11,1	4,1	8,1	0,3	3,1	2,0	2,6	1,2	6,2	20,8

Fonte: UNCTAD (2005, p.78).

Mesmo admitindo que as principais empresas chinesas ainda se colocam em posição vulnerável frente às grandes empresas globais, vez que com uma participação ainda tímida em âmbito mundial, conforme sugerido por Nolan and Zang (2002, p.52), os dados apresentados elucidam a crescente importância do país no cenário econômico global, com ganhos crescentes de participação no comércio internacional. De acordo com Flassbeck (2005, p.2), “a China tem também se tornado um importante jogador global num crescente número de indústrias. Como resultado, a China tem agora um poder significativo na política econômica internacional” [tradução do autor]

A China tem se tornado, assim, um duplo pólo na economia mundial, conforme sustentado por Medeiros (2005): por um lado, apresenta-se enquanto uma exportadora líquida de manufaturas intensivas em mão-de-obra para os EUA e o Japão, e, por outro, enquanto importadora líquida para a Ásia, notadamente de máquinas e equipamentos, tecnologia e matérias-primas. No que concerte a este último aspecto, a inserção da China enquanto importante consumidor de matérias-primas tem implicado uma forte pressão sobre os preços das commodities em âmbito mundial, movimento que embora tenha inaugurado um componente inflacionário adicional especialmente nas economias desenvolvidas, tem atuado favoravelmente sobre as contas externas de países produtores de tais produtos, entre os quais o Brasil (WORLD BANK, 2006).

É importante notar que o sucesso econômico chinês observado nos últimos anos tem contato com uma participação ativa do Estado não apenas no provimento de um marco regulatório e um ambiente macroeconômico favoráveis, mas também e notadamente nas próprias decisões de investimento. Como se pode observar na Tabela 3, o investimento no país alcançou 41,2% do PIB em 2002, dos quais 43,7% corresponderam aos investimentos estatais, 14,5% das empresas individuais, 13,7% das empresas coletivas e 28,0% de outros atores. Neste processo, ademais, tem

se mostrado indispensável a contribuição do crédito, que respondeu por cerca de 20% das fontes de financiamento utilizadas para a compra de ativos fixos na maior parte do interregno 1990-2002 como mostrado na Tabela 3.

Tabela 3: Investimento e fontes de financiamento na China (1990-2002)

Investimento e Financiamento	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Investimento	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatat	66,1	66,4	68,1	60,6	56,4	54,4	52,4	52,5	54,1	53,4	50,1	47,3	43,7
Propriedade coletiva	11,7	12,5	16,8	17,7	16,2	16,4	15,9	15,4	14,8	14,5	14,6	14,2	13,7
Propriedade individual	22,2	21,1	15,1	11,3	11,6	12,8	14,0	13,7	13,2	14,1	14,3	14,6	14,5
Outros	-	-	-	10,4	15,8	16,3	17,7	18,3	18,0	18,0	21,0	23,9	28,1
Fontes de financiamento	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatat	8,7	6,8	4,3	3,7	3,0	3,0	2,7	2,8	4,2	6,2	6,4	6,7	7,0
Empréstimos domésticos	19,6	23,5	27,4	23,5	22,4	20,5	19,6	18,9	19,3	19,2	20,3	19,1	19,7
Investimento estrangeiro	6,3	5,7	5,8	7,3	9,9	11,2	11,8	10,6	9,1	6,7	5,1	4,6	4,6
Outros	65,4	64,0	62,5	65,5	64,7	65,3	66,0	67,7	67,4	67,8	68,2	69,7	68,7
Investimento / PIB (em %)	24,4	25,9	30,3	37,7	36,4	34,4	33,8	33,8	33,8	33,8	33,8	38,2	41,2

Fonte: World Bank (2003, p.128).

Já no que diz respeito ao âmbito fiscal, embora a forte presença do Estado chinês na economia esteja gerando um quadro de permanente déficit público nominal, na faixa dos 3% no interregno 2002-05 - com a perspectiva de continuidade nos próximos dois anos, segundo projeções do World Bank -, a dívida pública do país se encontra em nível altamente confortável, embora crescente, vez que inferior a 30% do PIB, resultado da combinação de elevado ritmo de crescimento econômico com a prática de baixas taxas de juros básicas (Tabela 4).

Tabela 4: Finanças públicas na China (2002-07)

Finanças Públicas	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita fiscal	18,7	18,8	19,1	19,3	19,4	19,6
Gasto fiscal	22,0	22,2	22,3	22,4	22,5	22,6
Resultado Fiscal	-3,3	-3,4	-3,2	-3,1	-3,1	-3,0
Dívida pública	26,3	27,4	28,3	29,1	29,5	29,7

Fonte: World Bank (2003, p.60).

Este comportamento altamente dinâmico da economia chinesa iniciado a partir do início dos anos 1980 tem permitido ao país importantes conquistas sociais, embora os desafios sejam ainda

altamente significativos. Isto porque, se por um lado o crescimento econômico tem permitido a redução do nível de pobreza, o aumento do índice de Gini e uma forte mobilidade social da população localizada nas áreas urbanas, por outro tem-se observado um movimento de acentuação da desigualdade de renda intra-regional, com a renda média da população urbana crescendo sob ritmo superior a da população rural, e inter-regional, com as regiões costeiras apresentando um nível de renda cada vez mais superior ao das regiões do interior (WORLD BANK, 2003).

Com uma população rural em torno de 60%, que corresponde a aproximadamente 760 milhões de pessoas, um dos grandes desafios da China no século XXI consiste na continuidade de um ritmo de crescimento econômico capaz de acomodar o intenso fluxo migratório das áreas rurais em direção às áreas urbanas, que nos próximos anos alcançará cerca de 200 milhões de chineses, bem como reduzir os impactos do crescimento sobre a desigualdade inter e intra-regional gerada contraditoriamente pelo próprio crescimento da renda nacional.

Contudo, embora os desafios sejam grandes, o Estado chinês tem mostrado bastante habilidade na adequação dos instrumentos de política econômica às circunstâncias de cada momento, a partir de uma orientação política ao mesmo tempo gradualista e pragmática. O sucesso econômico da China nos últimos anos ratifica a importância do papel do Estado no desenvolvimento das nações e mostra que o “capitalismo organizado” se traduz na melhor maneira de se enfrentar os desafios impostos pela globalização (SCHWARTZ, 2006).

Nestes termos, pode-se inclusive afirmar que a China tem conseguido administrar o atual padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, tal qual sustentado por Braga (1997), a partir de um *mix* de política econômica que privilegia o lado real da economia ante o financeiro, convertendo as forças instabilizadoras endógenas ao sistema capitalista em forças propulsoras do crescimento da produção e do emprego.

5 Conclusão

Com a execução de uma política econômica considerada pouco convencional por instituições como FMI e Banco Mundial, a China registrou taxas de crescimento excepcionais nos últimos 25 anos. Uma característica marcante da política econômica chinesa tem sido a sua rápida adaptação às circunstâncias e exigências de cada momento, mas sem se dissociar da orientação política que a rege, pautada no crescimento econômico.

O caso chinês revela a importância das políticas internas de desenvolvimento não apenas no processo de dinamização, mas também e notadamente de autonomização do ciclo de negócios da economia, cuja continuidade tende a permitir a superação da condição de subdesenvolvimento. Serve para desmistificar, portanto, a impossibilidade de os países da periferia empenharem políticas nacionais autônomas de desenvolvimento econômico e social.

A experiência chinesa tem ratificado a importância do papel do Estado no desenvolvimento das nações, mostrando que o “capitalismo administrado” se traduz na forma mais eficiente de se lidar com os desafios impostos pela globalização. Enquanto esta estratégia tem permitido à China superar progressivamente as barreiras impostas pela condição de subdesenvolvimento, viabilizando sua migração da condição de “ganso voador” para a de “*global player*”, aos países da periferia que optaram pela agenda neoliberal tem restado apenas amargurar a acentuação da condição de “patos vulneráveis”, nos termos utilizados por Palma (2005).

Referências

- ACIOLY, Luciana. China: uma inserção externa diferenciada. **Economia Política Internacional**, CERI/IE/Unicamp, Campinas, n.7, p. 24-31, out./dez. 2005.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARE, M. da C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma política de globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 195-242.
- CESARIN, Sergio M. Ejes y estrategias del desarrollo económico chino: enfoques para América Latina y el Caribe. In: CESARIN, Sergio M.; MONETA, Carlos (org.). **China y America Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿una segunda ruta de la seda?** Buenos Aires: BID-INTAL, 2005. p.3-48.
- COMÉRCIO e investimento estrangeiro impulsionam ascensão chinesa. **Folha de São Paulo**, Caderno Especial – A corrida dos emergentes, p.8, 30 jul. 2006.
- CUNHA, André Moreira; BIANCARELI, André Martins. O novo regime cambial Chinês e a diplomacia do “yuan fraco”. **Economia Política Internacional**, CERI/IE/Unicamp, Campinas, n.7, p. 12-23, out./dez. 2005.
- FLASSBECK, H. China’s spectacular growth since the Mid-1990s – Macroeconomic conditions and economic policy changes. In: UNCTAD. **China in a Globalizing World**. New York: United Nations, 2005.
- HE, Fan. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. In: CADERNOS ADENAUER IV. **Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, nov. 2003. p.33-61.
- HUSSAIN, Athar. The Chinese economic performance: an assessment. In: DWYER, Denis. **China: the next decades**. New York: Longman Scientific & Technical, 1994.
- MEDEIROS, C. A. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática**. 2005. (Versão Preliminar).
- _____. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, 2004. p.139-178.
- _____. Economia e política do desenvolvimento recente da China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.3 (75), p.92-112, jul./set. 1999a.

_____. China entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999b. p.351-378.

_____. Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARE, M. da C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma política de globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 279-346.

NOLAN, Peter; Zhang, Jin. The challenge of globalization for large chinese firms. **Discussion Papers**, UNCTAD, n.162, july 2002.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Reformas econômicas na China. **Economia Política Internacional**, CER/IE/Unicamp, Campinas, n.7, p. 12-23, abr./jun. 2005.

PALMA, Gabriel. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. 2ª ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2005. p.393-454.

SCHWARTZ, Gilson. **Projeto nacional separa Índia e China do Brasil**. Folha de São Paulo, Carderno Especial – A corrida dos emergentes, p.2, 30 jul. 2006.

SYDOW, Cristina Toth. **A entrada da China na OMC: riscos e oportunidades**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.

UNCTAD. **Trade and Development Report 2005**. New York and Geneva: United Nations, 2005.

VIEIRA, Flávio Vilela. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Vol. 26, n.3, July 2006 (no prelo).

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalism world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p.1-36.

WOLFF, M. W.; SOTO, A. El proceso de reformas en China y la política exterior: de Deng Xiaoping a Hu Jintao. In: CESARIN, Sergio M.; MONETA, Carlos (org.). **China y America Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo**. ¿ una segunda ruta de la seda? Buenos Aires: BID-INTAL, 2005. p.49-83.

WORLD BANK. **China quarterly update**. Beijing: World Bank, 2006.

WORLD BANK. **China: promoting growth with equity**. World Bank, 2003.